



Aos dois dias de Maio de dois mil e sete, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal, e os senhores Vereadores António Joaquim da Silva Danado, João Miguel Amaro Marques, Hortênsia dos Anjos Chcgado Mcnino, Rogério António Pinto, Adriano António Chavciro e João António Romão Pereira Reis, comigo, Helena Isabel Gervásio Martins, Auxiliar de Serviços Gerais. E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente, sugeriu que no Ponto 1 alínea a) da Ordem de Trabalhos, fosse introduzido o termo “Diversos”, passando a referida alínea a ter o seguinte teor: Ponto 1. A) Processos de Licenciamento, requerimentos, Vistorias e Diversos. Tendo esta proposta sido aceite por todos os presentes, foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos:

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, VISTORIAS, REQUERIMENTOS E DIVERSOS
- B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA
- C) PROJECTO MUNICIPAL

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

- A) EMPREITADA DE “MOVIMENTO DE TERRAS NA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DOS FOROS DE VALE DE FIGUEIRA”
- B) EMPREITADA DE “ADAPTAÇÃO DA ANTIGA CADEIA A ARQUIVO MUNICIPAL”
- C) EMPREITADA DE “LOTE I – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE LAVRE; LOTE II – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DOS FOROS DE VALE DE FIGUEIRA”
- D) EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DE VALENÇAS E RUA DAS ALFAIAS EM CIBORRO”
- E) EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DA CANTINA DA E.B.1 DE MONTEMOR-O-NOVO”
- F) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE COLECTOR PLUVIAL E CONSTRUÇÃO DE MURO EM CIBORRO”
- G) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DA ETAR, EMISSÁRIOS, CAMINHO DE ACESSO E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE FAZENDAS DO CORTIÇO”

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

- A) CONTABILIDADE

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

- A) CRITÉRIOS DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO, DE ACORDO COM O REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO SEM FINS LUCRATIVOS
- B) PLANO NACIONAL DE LEITURA-PROPOSTA DE PROTOCOLO
- C) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DE CABRELA
- D) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DE LAVRE

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

- A) TRANSPORTES ESCOLARES – JUNTA DE FREGUESIA DE N. SRA. DA BOA FÉ
- B) PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO LÚDICO DE SILVEIRAS

Handwritten signature: Helena Isabel Gervásio Martins

6. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS

7. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIOS

Período de Antes da Ordem de Trabalhos

Comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio

Começou por usar da palavra o Senhor Presidente fazendo menção às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, referindo que estas tinham sido muito dignas e revestidas de simplicidade. Relativamente ao 1.º de Maio, o Senhor Presidente referiu que as comemorações desta data haviam sido da responsabilidade dos sindicatos e que tinham decorrido da melhor forma. Concluiu dizendo que a participação popular nas Comemorações foi elevada e que ao assinalar aquelas datas históricas continua associado o espírito de liberdade, progresso e justiça social que tem caracterizado o povo de Montemor.

Apoio aos Eleitos

Seguidamente o Senhor Presidente informou que haviam sido adquiridos dois computadores e que seriam instalados nos gabinetes dos Senhores Vereadores. Acrescentou também, que estava em fase de implementação a nova rede interna da Câmara Municipal e que os Senhores Vereadores receberiam o código pessoal para aceder aos diferentes directórios desta rede, além de um endereço electrónico individual. Informou também o Senhor Presidente que estava em estudo a possibilidade de os documentos de Reunião de Câmara passarem a ser disponibilizados através da rede interna da Câmara Municipal, bem como a sua consulta à distância. Ainda relativamente a esta questão, o Senhor Presidente disse que seria ministrada uma pequena formação sobre gestão documental.

Pronunciou-se o Senhor Vereador Rogério Pinto dizendo que relativamente à criação de correios electrónicos para cada um dos vereadores, lhe parecia que o Gabinete de Informática da Câmara Municipal não tinha conhecimento de tal intenção, nem instruções para tal.

Respondendo ao Senhor Vereador Rogério Pinto, o Senhor Presidente disse que o assunto já estava a ser tratado. Solicitou também o Senhor Presidente que os Senhores Vereadores informassem os serviços acerca das datas das suas férias, de forma a garantir *quorum* nas próximas Reuniões de Câmara.

Quórum nas Reuniões de Câmara/Férias

Interveio o Senhor Vereador João Pereira Reis informando que não estaria presente na Reunião de Câmara de vinte e dois de Agosto de 2007 por se encontrar no gozo do seu período de férias.

Alterações ao Mapa Judicial

Continuando no uso da palavra, o senhor Vereador João Pereira Reis questionou o Senhor Presidente, em virtude de notícias divulgadas na comunicação social referentes ao novo Mapa Judicial, se este edil detinha informações acerca da situação do Tribunal de Montemor-o-Novo.

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Vereador João Pereira Reis, o Senhor Presidente informou que as informações de que dispunha não eram oficiais mas que iam no sentido do não encerramento do Tribunal de Montemor-o-Novo.

Na sequência das anteriores intervenções, o Senhor Vereador António Danado disse que, embora, as suas informações também fossem oficiosas, tinha conhecimento de que estava a ser preparado o concurso para a segunda sala de audiências do Tribunal e que seriam criadas Casas da Justiça em Arraiolos, o que significava o reforço do Tribunal desta localidade e não o seu encerramento.

IV Feira do Pão e da Doçaria

Handwritten signature and initials in blue ink, likely of the President or a member of the council.

Interveio o Senhor Vereador João Marques dando conhecimento da realização da IV Feira do Pão e da Doçaria, a decorrer no Pavilhão do Parque de Exposições Mercados e Feiras, no fim-de-semana imediato a esta Reunião de Câmara, convidando os presentes a participarem no certame. Acrescentou ainda o Senhor Vereador João Marques, que já haviam sido feitos contactos com a ASAE com o intuito de salvaguardar as condições sanitárias dos expositores, de forma a precaver situações embaraçosas.

Alteração à Ordem de Trabalhos

O Senhor Vereador João Marques solicitou ao Senhor Presidente e à Vereação a alteração da discussão da Ordem de Trabalhos, passando a tratar em primeiro lugar os quarto e quinto pontos da mesma, uma vez que por motivos de ordem pessoal não poderia garantir a sua presença durante toda a Reunião de Câmara, tendo esta proposta sido aceite por todos os presentes.

ORDEM DE TRABALHOS

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A) CRITÉRIOS DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO, DE ACORDO COM O REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO SEM FINS LUCRATIVOS

Sobre este ponto começou por usar da palavra o Senhor Vereador João Marques informando que têm sido realizadas com regularidade reuniões com o movimento associativo, tendo surgido a necessidade da formação de uma comissão. Esta comissão terá de reunir para definir os critérios e factores de ponderação para atribuição de subsídios ordinários, sendo que os critérios prevêm uma percentagem do orçamento global que poderá chegar aos trinta por cento, na maioria dos casos e, a quarenta por cento, sobretudo na área da acção social.

Interveio o Senhor Vereador João Pereira Reis manifestando a sua vontade de que a discussão deste ponto fosse adiada, uma vez que gostaria de analisar o documento mais aprofundadamente e, eventualmente, propor alguns procedimentos que poderiam contribuir para melhores decisões sobre a matéria.

Usando da palavra, o Senhor Presidente disse que quando a Proposta de Regulamento havia sido aprovada, a ideia era de que este não funcionaria segundo a lógica de candidatura, uma vez que a Câmara Municipal se rege segundo o princípio da universalidade. Neste sentido, optou-se pela criação de diversos níveis de apoio, consoante os diferentes apoios prestados. Concluindo a sua intervenção, o Senhor Presidente explicou que o que era proposto neste ponto, eram os critérios do Regulamento, e que a aprovação dos mesmos seria anual, permitindo assim, a sua aferição e eventual alteração, em caso de necessidade, após um ano.

O Senhor Vereador João Marques, referindo-se a este ponto, referiu alguns passos do processo de elaboração do Regulamento, começando por explicar que houve a necessidade de clarificar e sistematizar os critérios de apoio ao movimento associativo, uma vez que este documento deveria reflectir a realidade do concelho de Montemor-o-Novo, onde existem inúmeras associações sem capacidade técnica para formular candidaturas. Disse ainda, que era necessária a aprovação dos critérios do documento e a sua definição de forma a iniciar o mais rapidamente possível a atribuição de apoios às associações. Por fim, o Senhor Vereador João Marques explicou que relativamente à implementação de prazos, estes teriam de ser flexíveis uma vez que deveriam ter em conta a orgânica e funcionamento das associações.

Mais uma vez, pronunciou-se o Senhor Vereador João Pereira Reis, dizendo ter compreendido o objectivo da proposta, mas que acreditava ser possível a introdução de novas alíneas que contribuíssem para aperfeiçoar o documento, o que não deixará de fazer.

Sobre este assunto pronunciou-se também o Senhor Vereador Rogério Pinto manifestando as suas dúvidas relativamente a algumas designações empregues no documento, referindo que estas deveriam ser mais explícitas.

Respondendo às questões colocadas, o Senhor Presidente disse que os critérios mencionados no regulamento, não poderão vir a ser um factor de exclusão administrativa das actividades das

Alcunha
1.1.16

instituições sem fins lucrativos mas, pelo contrário, ter a amplitude necessária para atingir todas as actividades de interesse por mais dispares que sejam. Todavia, podem surgir actividades em que será necessário discutir com os promotores quais os apoios a conceder pela Câmara Municipal pelo que a definição de limites é importante quer para a gestão dos recursos municipais quer para o conhecimento prévio das instituições.

Ainda em relação a este tema, pronunciou-se o Senhor Vereador João Pereira Reis, declarando que a sua interpretação da proposta apresentada era de que esta apenas se destinava a preencher uma lacuna do Regulamento. Acrescentou ainda que subscrevia a opinião do Senhor Vereador Rogério Pinto quando dizia existir o emprego de termos demasiado genéricos, e que era por esse motivo que se propunha a fazer um melhoramento do Regulamento. Por fim, o Senhor Vereador João Pereira Reis disse ainda que no seu entender, todas as entidades que recebam financiamentos de instituições públicas devem apresentar o seu relatório de actividades.

De forma a esclarecer as dúvidas apresentadas pelos Senhores Vereadores, o Senhor Vereador João Marques explicou que o documento em análise havia sido elaborado durante dois anos, de forma a conseguir a unanimidade, fazendo uma breve exposição acerca desse processo.

Mais uma vez, interveio o Senhor Vereador Rogério Pinto manifestando a sua discordância relativamente à diferenciação de valores na atribuição de apoios aos grupos, consoante a sua origem – regional, nacional ou internacional. Solicitou ainda um esclarecimento relativamente ao artigo vigésimo sétimo do Regulamento.

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Vereador Rogério Pinto, o Senhor Vereador João Marques disse que relativamente aos apoios prestados às associações, no caso das Escolas de Música, estes variavam entre um valor máximo de cem euros e um valor mínimo de seis euros por aluno, sendo este valor dependente de factores económicos.

Interveio o Senhor Presidente dizendo que não seria possível analisar individualmente cada critério, sendo necessária uma análise global do documento. Assim, quando um evento, pela sua importância, o justificar, o Regulamento permite que se utilize a valência de Protocolo. Por fim, o Senhor Presidente sugeriu que fosse feita uma votação global do documento e que depois, os Senhores Vereadores, referissem as questões que entendessem ser pertinentes, artigo a artigo.

Deliberação: Aprovado por maioria com os votos favoráveis dos Eleitos da CDU, e as abstenções na globalidade do documento dos Senhores Vereadores João Pereira Reis, Rogério Pinto e Adriano Chaveiro, tendo os dois últimos votado contra nos artigos vigésimo terceiro, visésimo sexto e vigésimo sétimo.

O Senhor Vereador João Pereira Reis apresentou a seguinte declaração de voto: *Considero globalmente positiva a proposta em apreciação porque a mesma contribui para a análise dos patamares do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo.*

B) PLANO NACIONAL DE LEITURA-PROPOSTA DE PROTOCOLO

Relativamente a este ponto começou por intervir o Senhor Vereador João Marques apresentando o seguinte documento e propondo a subscrição da minuta do protocolo e a sua aprovação:

A Comissão do Plano Nacional de Leitura, enviou uma proposta de protocolo de parceria para o desenvolvimento do referido Plano. Este Plano, cuja 1ª fase tem a duração de 5 anos, iniciou-se em Setembro de 2006.

Com este protocolo o município compromete-se a:

Cláusula 4ª (alíneas que implicam investimento ou custos adicionais)

b) ...financiar a aquisição de conjuntos de livros recomendados pelo PNL, numa percentagem de 50%, por parte das bibliotecas escolares... (necessário prever em PPI-DASSE/Educação)

d) Promover o financiamento de iniciativas previstas no Plano a realizar pelas Bibliotecas Públicas ou por outras organizações culturais ou educativas;

e) Promover e financiar a realização de eventos destinados à promoção de leitura, e/ou disponibilizar apoios logísticos e equipamentos para o mesmo fim;

Após análise nos respectivos serviços, nomeadamente, DASSE/Educação e DCDJ/Biblioteca, há acordo relativamente à proposta de protocolo, existindo necessidade de inserir uma verba em PPI,

Manuel
António

2007-2011, destinada a este Plano, cujo montante ainda não está definido, mas que corresponderá a 50% do investimento total.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente apresentando um aditamento à alínea b) da página três, onde se lia (*montante anual de ...*), passar-se-á a ler (*montante anual conforme aprovado em PPI*).

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

C) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MUSICA DA CASA DO POVO DE CABRELA

O senhor Vereador João Marques colocou à consideração do Executivo o seguinte documento:

No seguimento da proposta descrita na Comunicação Interna nº 13/05, do Vereador João Marques, aprovada por unanimidade na Reunião de Câmara de 07/12/05, de “até à aprovação dos novos critérios previstos no Regulamento” de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Actividades de Interesse Municipal) sem Fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso nº 744072005 (2ª série) página 56 e seguintes, “se apliquem os critérios de apoio até à data aprovados pelo Executivo”, pelo que na sequência da Deliberação de Câmara de 13 de Dezembro de 2006, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música da Casa do Povo de Cabrela, referente a:

Fevereiro/ 2007

54 alunos x 9,60 Euros = 518,40 Euros

Março/ 2007

54 alunos x 9,60 Euros = 518,40 Euros

O valor total do subsídio ascende a 1 036,80 Euros (mil e trinta e seis euros e oitenta centimos)

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

D) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MUSICA DA CASA DO POVO DE LAVRE

O senhor Vereador João Marques colocou à consideração do Executivo o seguinte documento:

No seguimento da proposta descrita na Comunicação Interna nº 13/05, do Vereador João Marques, aprovada por unanimidade na Reunião de Câmara de 07/12/05, de “até à aprovação dos novos critérios previstos no Regulamento” de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Actividades de Interesse Municipal) sem Fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso nº 744072005 (2ª série) página 56 e seguintes, “se apliquem os critérios de apoio até à data aprovados pelo Executivo”, pelo que na sequência da Deliberação de Câmara de 13 de Dezembro de 2006, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música da Casa do Povo de Lavre, referente a:

Março 2007 - 73 alunos x 9,60 Euros = 700,80 Euros

O valor total do subsídio ascende a 700,80 Euros (setecentos euros e oitenta centimos)

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) TRANSPORTES ESCOLARES – JUNTA DE FREGUESIA DE N. SRA. DA BOA FÉ

O senhor Vereador João Marques colocou à consideração do Executivo o seguinte documento:

Em conformidade com o protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 20 de Setembro de 2006, solicita-se autorização para proceder ao pagamento à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé (concelho de Évora), do transporte dos alunos que residem no Monte da Alcava de Cima e S. Brissos e frequentam a Escola do 1º ciclo nº2 de Montemor-o-Novo (concelho de Montemor-o-Novo) e Escola do 1º ciclo de Nª Sra da Boa Fé (concelho de Évora), referente ao mês de Março de 2007 do 2º Período do Ano Lectivo 2006/2007.

Mês de Março '07.... 1 836 kms ... 734,40 Euros

O total de despesa ascende a 734,40 Euros (setecentos e trinta e quatro euros e quarenta centimos)

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

B) PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO LÚDICO DE SILVEIRAS

Handwritten signature and initials in blue ink.

O senhor Vereador João Marques colocou à consideração do Executivo o seguinte documento:
Com o objectivo de operacionalizar e regular as condições relativas ao funcionamento do Centro Lúdico existente na freguesia de Silveiras e ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo sem Fins Lucrativos, Ponto 1 do Artº 38º, Capítulo VI, apresenta-se a proposta de Protocolo para funcionamento do Centro Lúdico de Silveiras para deliberação do Executivo.
Deliberação: Aprovado por unanimidade.

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, VISTORIAS, REQUERIMENTOS E DIVERSOS

Fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino submeteu à consideração do Executivo os seguintes processos no âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

Processos de licenciamento

De: SOCIEDADE AGRÍCOLA GABRIEL FRANCISCO DIAS E IRMÃS, LDA, requerendo aprovação do projecto de Arquitectura referente à alteração e ampliação de um edifício destinado a adega, sito no prédio denominado por “Courela da Casa Nova”, freguesia de Nossa Senhora, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 27/09/2006

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: CONSTRUTORA A VALENCIANA ANTÓNIO FILIPE, LDA. E CAEIRO FILIPE & FILHOS, LDA., requerendo aprovação do projecto de demolição do edifício existente, construção de um bloco habitacional com 3 pisos e constituição do imóvel em propriedade horizontal a erigir na Rua Sacadura Cabral, nº 37, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, número 342.

Data de entrada do requerimento: 14/03/2007

Tem parecer da D.AU

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: ROSA MARIA DA SILVA MADEIRA, requerendo aprovação do projecto de legalização e ampliação de uma moradia, anexos e piscina, sitos na propriedade denominada por “Courela dos Cuncos”, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável Custódio José de Oliveira Gervásio, número 295.

Tem parecer da D.AU

Data de entrada do requerimento: 10/05/2006, 17/07/2006, 21/07/2006, 10/04/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: URBIMOR – CONSTRUÇÕES, LDA., requerendo aprovação do projecto de legalização das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de um edifício sito no lote 8 da Urbanização à Horta das Bacias, freguesia de Nossa Senhora do Bispo tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, número 344

Tem parecer da D.AU

Data de entrada do requerimento: 31/01/07

Tem parecer da DAU

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: MANUEL PINHEIRO ROCHA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura referente à construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação a erigir na propriedade denominada por “Fazenda dos Brincalhais” – Parcela 2, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Paulo Mestre Conceição Lucas.

Data de entrada do requerimento: 18/01/2007, 27/03/2007

Tem parecer da D.AU.

Handwritten signature: J. T. M. L. -
Handwritten signature: J. T. M. L.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: MANUEL FERNANDO MIRANDA RIBEIRO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura e especialidades com excepção do projecto de avaliação acústica, referente à construção de um edifício destinado a armazém, a erigir no lote 21 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271.

Data de entrada do requerimento: 15/03/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços e termos de responsabilidade dos técnicos.

De: HENRIQUE NUNO RIBEIRO SOARES DA VEIGA, requerendo aprovação projecto de legalização das alterações efectuadas no decorrer da obra de ampliação e alteração de um monte existente, sito em Foros dos Baldios, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável Paulo Alexandre Alves Barroso Manta Pereira.

Data de entrada do requerimento: 22/03/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-NOVO, requerendo aprovação projecto de legalização das edificações existentes, sitas no prédio rústico denominado por “Courela da Rosenta – Quinta dos Plátanos”, na freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, número 344.

Data de entrada do requerimento: 12/03/2007, 31/01/2006, 07/07/2005

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: RITA DELFINA REGOUGA PECHEIRA, requerendo Informação Prévia acerca da viabilidade de Ampliação de uma moradia sita na Rua de S. Domingos, nº 30, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 12/04/2007

Tem parecer da D.A.U.

Proposta de deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: ANTÓNIO MANUEL MARTINHO, requerendo Informação Prévia acerca da viabilidade de Construção de um edifício na Rua do Poço do Paço, nº 13, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 01/09/2006

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: PAULO ANTÓNIO PEREIRA ROXO, requerendo aprovação projecto de arquitectura da legalização das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de uma moradia, sita na Rua Caminhos do Futuro, nº 50, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 10/03/2006 e 28/03/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

Requerimentos diversos

De: URBIMOR – CONSTRUÇÕES, LDA., requerendo aditamento ao alvará de loteamento nº 2/05, de 11/02, relativo à Operação de Loteamento sito no Olival à Horta das Bacias, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: ANDREIA CRISTINA BARBOSA CASEIRO, requerendo ocupação da via pública com mesas e cadeiras para esplanada, sita em frente ao nº 33 e 35 de policia da Rua José Adelino dos Santos, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, durante os meses de Maio a Setembro.

Data de entrada do requerimento: 17/04/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos Serviços.

De: NELSON MANUEL JORDÃO BAPTISTA, requerendo ocupação da via pública com mesas e cadeiras para esplanada, sita em frente ao nº 67 de policia da Rua Curvo Semedo, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, durante os meses de Maio a Setembro.

Data de entrada do requerimento: 16/04/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos Serviços.

De: MANUEL ANTÓNIO LEITÃO COXIXO, requerendo ocupação da via pública com mesas e cadeiras para esplanada, sita em frente ao nº 2 de policia da Rua Benigno Almeida Faria, freguesia de Nossa Senhora da Vila, durante os meses de Maio a Setembro.

Data de entrada do requerimento: 13/04/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos Serviços.

De: LOURENÇO JOSÉ BARROSO FADISTA, requerendo ocupação da via pública com mesas e cadeiras para esplanada, sita em frente ao nº 28 de policia da Travessa dos Peões, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, durante os meses de Maio a Setembro.

Data de entrada do requerimento: 04/04/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos Serviços.

De: AMILCAR FERNANDO BARROSO LADEIRAS, requerendo averbamento de nova entidade exploradora na licença de utilização n.º 61/2002, datada de 15/04/2002, para o estabelecimento de Restauração e Bebidas (Snack-Bar) sito na Rua António José de Almeida, nº 42, fracção “B”, freguesia de Escoural.

Data de entrada do requerimento: 11/04/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: ANTÓNIO MANUEL LARANJINHA CACHUCHO, requerendo averbamento de nova entidade exploradora na licença de utilização n.º 198/2001, datada de 22/10/2001, para o estabelecimento de Bebidas (Café) sito na Rua Poço do Passo, n.º 16, freguesia de Nossa Senhora do Bispo

Data de entrada do requerimento: 05/04/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

De: LEONTINA NARCISA GOMES PENICHE BUCHA, requerendo averbamento de novo titular da Alvará de Licença de Utilização n.º183/05, datada de 16/11/2005, para o estabelecimento de

e 13 -
Schweizer
C. T. n.

Hospedagem e Alojamentos Particulares, sito na Rua Tomé Adelino Vidigal, lote C5, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 17/04/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

Vistorias

De: AMADEU MARQUES – Sociedade Unipessoal, Lda., requerendo emissão de alvará de utilização para estabelecimento de Oficina de Manutenção e Reparação de Veículos, sito na Rua 1º de Maio, nº 3, freguesia de Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 21/03/2007

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir conforme parecer dos Serviços.

Diversos

Actualização do valor da caução do Loteamento de Terrins, freguesia de Silveiras.

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar conforme parecer dos Serviços.

Rectificação de área do lote LE 5 da Zona Industrial da Adua, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar conforme parecer dos Serviços.

B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA

Fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino submeteu à consideração do Executivo o seguinte processo:

De: JOAQUIM ANTÓNIO ALCAPARRA DA LUZ

Local da Obra: S. Brissos - Escoural

Valor da obra: 3.380,00 Euros

Valor da Participação: 1.690,00 Euros

Data da Entrada do Requerimento: 23/10/2006

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a participação.

C) PROJECTO MUNICIPAL

Fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino submeteu à consideração do Executivo o seguinte projecto:

Projecto de Pavimentação e Rede de Águas Pluviais na Rua de Acesso à Igreja, na freguesia de Cíborro.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projecto apresentado.

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE “MOVIMENTO DE TERRAS NA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DOS FOROS DE VALE DE FIGUEIRA”

Interveio o senhor Vereador António Danado que apresentou o Relatório Final da Comissão de Análise das Propostas do Concurso Limitado Sem Publicação de Anúncio da Empreitada de *Movimento de Terras na Ampliação do Cemitério dos Foros de Vale de Figueira*.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

B) EMPREITADA DE “ADAPTAÇÃO DA ANTIGA CADEIA A ARQUIVO MUNICIPAL”

Handwritten signature and initials:
A. T. S. B.
J. L. M. A. T.

Mais uma vez usou da palavra o Senhor Vereador António Danado apresentando a proposta de Aprovação e Execução de Trabalhos Não Previstos integrados na empreitada da *Adaptação da Antiga Cadeia a Arquivo Municipal*, os quais importam no valor de quarenta e dois mil e trezentos e setenta e três euros e setenta e três centimos, acrescidos de IVA, no montante de dois mil e cento e dezoito euros e sessenta e nove centimos, totalizando assim o valor de quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e dois euros e quarenta e dois centimos.

Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador António Danado informou que esta proposta vinha na sequência da constatação de que as estruturas do edifício onde será instalado o Arquivo Municipal, não estavam devidamente reforçadas. Explicou também o senhor Vereador António Danado que pelo facto de o valor da execução dos trabalhos não exceder os 2,5 milhões de euros, estava dispensada a consulta prévia.

Seguidamente pronunciou-se o Senhor Vereador João Pereira Reis expressando a sua discordância com o facto de ter sido dispensada a consulta prévia, considerando que o documento apresentado se resumia a uma descrição dos trabalhos não existindo uma efectiva fundamentação da proposta.

Interveio novamente o Senhor Vereador António Danado mostrando a sua concordância com o Senhor Vereador João Pereira Reis, acrescentando que na documentação apresentada deveria constar, pelo menos, um fax da empresa projectista fundamentando as necessidades dos trabalhos estruturais. Na sequência das questões supra-referidas, o Senhor Vereador António Danado sugeriu que a presente proposta baixasse aos serviços para melhor fundamentação.

Deliberação: Baixou aos serviços para melhor fundamentação.

Seguidamente, o Senhor Vereador António Danado apresentou a proposta de Auto de Medição número um referente aos trabalhos a mais da empreitada de *Adaptação da Antiga Cadeia a Arquivo Municipal*, a qual importa no valor de treze mil e quinhentos e um euros e quatro centimos, acrescidos de IVA, no montante de seiscentos e setenta e cinco euros e cinco centimos, totalizando assim o valor de catorze mil e cento e setenta e seis euros e nove centimos.

Deliberação: Aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Pereira Reis.

C) EMPREITADA DE “LOTE I – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE LAVRE; LOTE II – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DOS FOROS DE VALE DE FIGUEIRA”

Usando da palavra, o Senhor Vereador António Danado colocou à consideração do Executivo o Auto de Recepção Provisória Parcial, referente à empreitada de *Lote I – Ampliação do Cemitério de Lavre; Lote II – Ampliação do Cemitério de Foros de Vale de Figueira*.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

D) EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DE VALENÇAS E RUA DAS ALFAIAS EM CIBORRO”

Mais uma vez, o Senhor Vereador António Danado, usou da palavra e colocou à consideração do Executivo, o *Relatório Preliminar da Comissão de Análise das Propostas do Concurso da Empreitada de Pavimentação e Renovação de Infraestruturas de Abastecimento de Água na Rua de Valenças e Rua das Alfaias em Ciborro*.

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Segue para audiência prévia.

E) EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DA CANTINA DA E.B.1 DE MONTEMOR-O-NOVO”

Seguidamente, o Senhor Vereador António Danado apresentou a proposta de Auto de Medição número quatro referente aos trabalhos executados no âmbito da empreitada de *Ampliação e Remodelação da Cantina da E.B.1 de Montemor-o-Novo*, a qual importa no valor de quatro mil e duzentos euros e setenta centimos, acrescidos de IVA, no montante de duzentos e dez euros e quatro centimos, totalizando assim o valor de quatro mil e quatrocentos e dez euros e setenta e quatro centimos.

Deliberação: Aprovado por maioria com a abstenção do senhor Vereador João Pereira Reis.

F) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE COLECTOR PLUVIAL E CONSTRUÇÃO DE MURO EM CIBORRO”

Handwritten signature: J. T. Silva

O Senhor Vereador António Danado colocou à consideração do Executivo o Relatório Preliminar da Comissão de Análise das Propostas, referente ao concurso por Ajuste Directo de *Construção de Colector Pluvial e Construção de Muro em Cíborro*.

Deliberação: Aprovado por unanimidade. Segue para audiência prévia.

G) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DA ETAR, EMISSÁRIOS, CAMINHO DE ACESSO E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE FAZENDAS DO CORTIÇO”

Seguidamente, o Senhor Vereador António Danado apresentou a proposta de Auto de Medição número nove referente aos trabalhos executados no âmbito da empreitada de *Construção da ETAR, Emissários, Caminho de Acesso e Estação Elevatória de Águas Residuais Domésticas de Fazendas do Cortiço*, a qual importa no valor de vinte e oito mil e setecentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos, acrescidos de IVA, no montante de mil e quatrocentos e trinta e oito euros e noventa e seis cêntimos, totalizando assim o valor de trinta mil e duzentos e dezoito euros e dezasseis cêntimos.

Deliberação: Aprovado por maioria com a abstenção do senhor Vereador João Pereira Reis.

6. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS

A Senhora Vereadora Hortênsia Menino colocou à consideração do executivo o seguinte documento:

De: **EUCLIDES GANCHO COELHO DA LUZ**, requerendo informação prévia para legalização e alteração de exploração suinícola (*Exploração Familiar / Regime Complementar de Exploração Agrícola, em Sistema de Produção de Regime Semi-Intensivo*), incluindo 2 edifícios com área total aproximada de 500 m² e cercado adjacente ao ar livre com área aproximada de 700 m², localizados na “Herdade da Amoreirinha” (artigo 1º, secção GGG), freguesia de Cabrela.

Tem parecer conjunto da D.A.S.U e do Centro de Saúde.

(IPA 1/07 – IO 172/07)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, de acordo com parecer e condições propostas no parecer conjunto.

7. ATENDIMENTO A MUNICÍPES

Eram vinte horas e quarenta e cinco minutos quando o Senhor Presidente deu início ao período de atendimento a munícipes, informando também que durante esta fase da Reunião de Câmara, o Senhor Vereador João Pereira Reis não estava presente em virtude de ter solicitado dispensa.

Começou por intervir a munícipe Maria Alexandra Carujo Varela, informando que na Travessa Dezoito de Outubro, no Bairro CHE, quando chove, uma das saídas de esgoto entope insistentemente. Além deste facto, uma das tampas de esgoto dessa travessa encontra-se muito próxima de uma habitação, tendo já inundado a mesma, com os estragos inerentes.

Respondendo a esta questão, o Senhor Vereador António Danado disse crer que as situações referidas não diriam respeito à rede de esgotos mas sim, à rede de águas pluviais. Disse também, que iria diligenciar no sentido de averiguar a existência de ligações ilegais de esgotos à rede de águas pluviais. Mais uma vez, usou da palavra a munícipe Maria Alexandra Carujo Varela, dizendo que na mesma travessa, a passagem de camiões na Avenida Gago Coutinho, e a consequente vibração que esta provoca, tem vindo a agravar-se, resultando na abertura de fendas em paredes e janelas.

Seguidamente, pronunciou-se o munícipe José Francisco Magrinho Facas, dizendo que havia dado entrada na Divisão de Administração Urbanística, de projecto de habitação e desanexação de uma parcela de terreno. Disse este munícipe que o projecto de habitação já havia sido aprovado, mas que a desanexação tinha sido indeferida, embora esteja localizada dentro da zona urbana.

Relativamente a esta questão respondeu o Senhor Presidente, manifestando a sua estranheza perante tal facto, solicitando ao munícipe queixoso que se dirigisse à Câmara Municipal com todos os documentos, de forma a esclarecer esta situação junto da Senhora Vereadora Hortênsia Menino.

Interveio o senhor José Grulha, Presidente do Grupo União Sport, dizendo que a actual Direcção deste clube desportivo havia sido empossada há três semanas e que tinha entendido vir prestar cumprimentos

Handwritten signature and initials:
Hortensia Menino
J. Pereira Reis

ao Executivo Camarário. Além deste gesto, o Grupo União Sport expressou também a sua gratidão pelo apoio que a Câmara Municipal sempre prestou a este grupo desportivo. Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente do Grupo União Sport explicou que era intenção desta Direcção continuar o trabalho desenvolvido junto das camadas jovens, e que existia também a intenção de iniciar a prática da patinagem. Lembrou também o Senhor Presidente do Grupo União Sport que este grupo desportivo iria passar à terceira divisão e que isto implicaria um acréscimo de despesas e em virtude do exposto, gostaria de saber qual a disponibilidade do município para continuar a apoiar o Grupo União Sport.

Em resposta à intervenção do Senhor Presidente do Grupo União Sport, o Senhor Presidente da Câmara começou por manifestar o seu reconhecimento pelo papel de destaque deste grupo desportivo neste concelho. Assim, e tendo em conta o trabalho a desenvolver, disse o Senhor Presidente, que seria necessário que ambas as entidades - Câmara Municipal e Grupo União Sport - analisassem conjuntamente a situação de forma a definir os apoios possíveis. Neste sentido, sugeriu que se realizasse uma reunião de trabalho em conjunto com o Serviço de Desporto, de forma a ser possível a definição de uma projecção orçamental para o próximo ano. Concluindo a sua intervenção, o Senhor Presidente realçou três aspectos que considerava fundamentais no trabalho do Grupo União Sport: a formação, a criação de infraestruturas e a equipa de futebol sénior.

Pronunciou-se o Senhor Vereador João Marques, saudando a passagem do Grupo União Sport à terceira divisão e, sobretudo o trabalho de bases desenvolvido, referindo também que tinha a consciência de que o apoio cedido pela Câmara Municipal não cobria todas as despesas das escolinhas de desporto e formação.

Usou da palavra o Senhor Vereador Adriano Chaveiro, referindo que a Direcção do Grupo União Sport merecia uma atenção especial pelo trabalho sério que tem vindo a desenvolver. Todavia, gostaria de ser informado acerca da situação da antiga sede deste grupo desportivo. Relembrou que esta havia sido construída com os donativos da população de Montemor-o-Novo, constituindo um património do Grupo União Sport. Questionou também, se não haveria a possibilidade de utilizar os três pisos daquele edifício para a prática desportiva, pois na sua óptica, seria interessante garantir a manutenção do espaço, de forma a não perder dinheiro, sobretudo dando-lhe uma utilidade desportiva.

Interveio o Senhor Vereador Rogério Pinto referindo que o Grupo União Sport era uma das instituições representativas deste concelho e que merecia ter o apoio adequado.

Mais uma vez, usou da palavra o Senhor Presidente do Grupo União Sport, dizendo que quanto aos custos que implicava a subida do clube à terceira divisão, podê-los-ia apresentar dentro de um curto espaço de tempo. Relativamente ao edifício da antiga sede do clube, o Senhor Presidente do Grupo União Sport informou o Executivo de que este se encontrava devoluto, e que a cave do mesmo se encontrava cedida à Câmara Municipal por via de um Protocolo. Informou ainda, que era esperada a recepção de nove mil euros referentes ao IVA do novo relvado e este valor ainda não tinha sido pago. Referiu também o Senhor Presidente do Grupo União Sport que as acessibilidades às bancadas do Estádio Primeiro de Maio eram insatisfatórias, implicando que inúmeras pessoas deixassem de assistir a jogos por não conseguirem aceder às mesmas. Referiu, no entanto, a existência de um programa que financia em cerca de sessenta por cento a construção e melhoria destas estruturas, se os custos forem inferiores a trinta mil euros. Mencionou ainda a necessidade de a Câmara Municipal dispensar os materiais necessários à montagem de uma bancada para o futebol de salão, sendo que o Grupo União Sport se encarregaria de contratar o pessoal necessário à montagem da mesma. Por fim, o Senhor Presidente do Grupo União Sport convidou o Executivo a assistir à jornada determinante da passagem do Grupo União Sport à terceira divisão.

Por fim, usou da palavra o Senhor Presidente, agradecendo a exposição feita pelo Senhor Presidente do Grupo União Sport, bem como o convite lançado ao Executivo.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e duas horas e trinta minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do numero três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número

Handwritten signature and initials in blue ink.

cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março. E eu, Helena Isabel Gervásio Martins, Auxiliar de Serviços Gerais, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,

